



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

Das Ciências para as Políticas

**Posição da Academia das Ciências de Lisboa sobre a missão de
aconselhamento científico independente**

Sumário

Este documento apresenta a visão da Academia das Ciências de Lisboa sobre a necessidade de aconselhamento baseado no conhecimento científico, enquanto instrumento fundamental para a qualificação e a eficiência das políticas públicas. A Academia das Ciências de Lisboa propõe-se alargar e enriquecer esta missão, na sua qualidade de instituição consultiva dos órgãos de soberania do Estado Português em todas áreas do conhecimento, contribuir para a apropriação pela sociedade dos principais temas de base científica relevantes para as políticas públicas e promover maior aproximação e diálogo mais intenso e regular não só entre a comunidade científica nacional e os decisores políticos, mas também com instituições congéneres estrangeiras, nomeadamente europeias e de países de língua portuguesa. O documento descreve algumas das iniciativas a desenvolver para atingir estes objetivos.

Contexto

Portugal vive grandes desafios motivados pelos cenários pós-pandemia COVID e pelos grandes desafios globais, como as alterações climáticas ou os impactos sociais da inteligência artificial. A complexidade destas matérias exige mais conhecimento e mais ciência. A mobilização da comunidade científica nacional durante a pandemia demonstrou a capacidade e a disponibilidade para colocar o conhecimento ao serviço do bem comum e, em particular, ao serviço da construção e definição de políticas públicas baseadas no conhecimento científico.

A sociedade, em geral, partilha também uma perceção generalizada da importância da ciência e da tecnologia nas suas vidas. No entanto, a forma como a ciência pode contribuir para as políticas públicas em Portugal está longe de estar consolidada, tendo as lacunas sido recentemente apontadas no estudo *Science for Policy in Portugal*¹ promovido pelo *Joint Research Center* da Comissão Europeia e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Em muitos países, cabe às academias científicas participar nos processos de reflexão, produzir estudos e análises prospetivas baseados no conhecimento científico e sistematizar o conhecimento disponível sobre determinado tema científico. Tais ações incluem a enumeração de questões ou problemas-chave, a apresentação de cenários plausíveis e a identificação de opções possíveis. Estas reflexões contribuem também para alargar o leque de interessados e enquadrar estrategicamente o debate público, concorrendo para a consciencialização e mobilização da opinião pública com impacto nas agendas e decisões políticas. Estes estudos, sustentados por processos transparentes e coerentes, próprios da atividade científica, apoiam as decisões políticas ou científicas/técnicas das instituições públicas. No caso das *National Academies* dos Estados Unidos, este papel está consagrado em lei aprovada por Abraham Lincoln em 1863, colocando a reputação e o trabalho das *National Academies* ao serviço de todo o governo federal. No Reino Unido, os estudos da *Royal Society* ou da *British Academy* são exemplares na forma como sistematizam e contextualizam temas científicos de elevada complexidade.

¹ Vítor Corado Simões, *Science for Policy in Portugal*, Discussion Paper prepared for the workshop on *Science for Policy across the EU: Portugal*, organised by the European Commission's Joint Research Centre (JRC) and the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Portugal, November 2021; online em: <https://knowledge4policy.ec.europa.eu/sites/default/files/Science%20for%20policy%20in%20Portugal%20-%20Discussion%20Paper.pdf> (acedido a 23 de maio 2022).

Ao nível europeu, a lacuna foi recentemente ultrapassada através de um mecanismo de aconselhamento científico próprio para apoio aos trabalhos da Comissão Europeia (*Science Advice Mechanism*² e o sistema SAPEA³ para gerar *reviews* do conhecimento científico existente a partir das Academias⁴). Estes sistemas são de complexidade elevada para um país da dimensão de Portugal. Algumas academias europeias já desenvolvem atividades de aconselhamento científico ao nível nacional e contribuem ativamente para os relatórios e *policy papers* produzidos pela *All European Academies (ALLEA)*⁵; ao nível europeu, o *Joint Research Center*⁶ tem o mandato específico de desenvolver investigação que apoia o aconselhamento científico independente e as políticas públicas da União Europeia⁷.

Outros países iniciaram também recentemente reflexões semelhantes no sentido de reforçarem os instrumentos para o aconselhamento científico e para desenvolverem os seus próprios sistemas ou instrumentos para o aconselhamento às políticas públicas baseadas no conhecimento com suporte alargado e multidisciplinar na comunidade académica e científica dos respetivos países.

Em Portugal, muitos cientistas e universitários participam ativamente em diferentes Conselhos que, sectorialmente, prestam aconselhamento nos mais diferentes tópicos de relevância para as diferentes áreas governamentais (e.g. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Educação, Conselho de Saúde Pública, Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Conselho Económico e Social, etc.). A sua participação ocorre a título individual ou por nomeação de diferentes organismos ou instituições (Universidades, CRUP, etc.). Os Laboratórios Associados, os Laboratórios Colaborativos, os centros de investigação e as universidades são também convocados, com alguma frequência, para colaborar com as instituições públicas através da produção de relatórios técnicos e científicos sobre temas específicos da sua especialidade.

Em Portugal, não existem instrumentos formais que enquadrem de forma sistemática a contribuição da comunidade científica nacional para o desenho, monitorização e avaliação de políticas públicas baseadas no conhecimento científico, por exemplo em resposta aos pedidos

² https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation_en

³ <https://sapea.info>

⁴ Alguns dos temas recentes cobertos incluem, por exemplo, o rastreio do cancro, a transição energética na Europa ou a biodegradabilidade dos plásticos.

⁵ <https://allea.org>

⁶ https://ec.europa.eu/info/departments/joint-research-centre_en#department_plans

⁷ Alguns estudos recentes do *Joint Research Centre* incluem análises sobre o impacto do contexto atual na produção de cereais, tecnologias da informação para a gestão de desastres naturais, descarbonização da indústria do aço ou inteligência artificial e direitos das crianças.

dos diferentes órgãos de soberania. Neste sentido, a prerrogativa estatutária da Academia das Ciências de Lisboa não tem sido valorizada.⁸

Existe uma oportunidade única em Portugal para reforçar o aconselhamento científico junto dos decisores políticos:

1. A comunidade científica nacional representa um importante recurso estratégico nacional, como foi amplamente demonstrado durante a pandemia;
2. Uma ligação e um diálogo mais fortes entre a comunidade científica e os decisores políticos fortalecerão a qualidade e a profundidade da informação de base científica disponível para o desenho, monitorização e avaliação das políticas públicas e para a resposta aos desafios que se colocam aos decisores;
3. As respostas aos grandes desafios sociais e ao desenho das políticas públicas correspondentes exigem o acesso a uma ampla base de especialistas.

Uma visão para o contributo da ACL

Para que um esforço nacional de pesquisa seja bem-sucedido, é necessário que haja um diálogo e um entendimento efetivos entre investigadores cientistas, políticos e o público, para que as políticas e as estratégias sejam realizadas de modo a valorizar pesquisas que beneficiem a sociedade e que a sociedade apoie.

Sir Paul Nurse, *Ensuring a Successful UK Research Endeavour: A Review of the UK Research Councils*, 2015, p. 8⁹

A Academia das Ciências de Lisboa é uma instituição única no contexto nacional. Fundada a 24 de dezembro de 1779, foi concebida à semelhança das sociedades congêneres europeias que se desenvolveram durante o Iluminismo. Tem contribuído ao longo da sua história para o bem comum e para as políticas públicas, fazendo jus ao seu lema “Se não for útil aquilo que fazemos, a glória é vã”.

⁸ Artigo 5º dos Estatutos da ACL: “A Academia é o órgão consultivo dos órgãos de soberania do Estado Português em matéria linguística, podendo ainda ser consultada em outras áreas científicas.”

⁹ Tradução ACL. *For a national research endeavour to be successful there needs to be an effective dialogue and understanding between research scientists, politicians and the public, so that policies and strategies are in place to bring about research that benefits society, and that society will support.* Citado em Mary Doyle, *Research for public policy and society: building a stronger architecture for Ireland* (Dublin, Royal Irish Academy and Irish Research Council, 2021); online em: https://www.ria.ie/sites/default/files/research_for_public_policy_and_society-_m.doyle_1_1.pdf (acedido a 23 maio 2022).

Apresenta um grau elevado de autonomia relativamente à sua tutela ministerial e é independente dos diferentes atores do sistema científico nacional: universidades, unidades de investigação, agências de financiamento ou empresas. Os membros eleitos não representam as suas instituições enquanto membros da Academia. A sua composição permite uma perspetiva abrangente do sistema científico nacional e a sua forte imersão e reconhecimento no sistema científico nacional confere-lhes uma capacidade adicional de relacionamento, de interação construtiva e de construção de pontes entre instituições e domínios científicos.

Institucionalmente, a Academia das Ciências de Lisboa mantém relações bilaterais próximas com várias Academias internacionais, está integrada nas principais redes das academias científicas, por exemplo na ALLEA ou na *InterAcademy Partnership* (IAP)¹⁰, e participa no *European Academies' Science Advisory Council*¹¹, tendo assim um acesso único a especialistas, estudos e reflexões das principais academias internacionais.

Num processo semelhante ao que a Academia das Ciências de Lisboa agora lança, a *Royal Irish Society* implementou em 2021 um conjunto de iniciativas/discussões que permitiram aproximar a comunidade científica dos decisores políticos, alinhar expectativas, afinar escalas de tempo e definir processos adequados quer junto da comunidade científica quer junto dos decisores políticos. Esta reflexão¹² identificou três direções importantes:

1. Construir pontes, criar confiança e identificar oportunidades de colaboração;
2. Reunir os diferentes atores relevantes e aumentar a capacidade do que já existe;
3. Gerir e disponibilizar conhecimento.

A Academia das Ciências de Lisboa pretende promover e catalisar o diálogo entre a comunidade científica e os decisores políticos, com a ambição de contribuir em três dimensões distintas (institucional, operacional, liderança), que permitam dar os primeiros passos nas três direções mencionadas.

Na dimensão institucional, a ACL aspira a:

¹⁰ <https://www.interacademies.org>

¹¹ <https://easac.eu>

¹² Mary Doyle, Sinéad Riordan and Daniel Carey, *Research for Public Policy: an outline roadmap: a Royal Irish Academy – Irish Research Council Discussion Paper* (Dublin, Royal Irish Academy and Irish Research Council, 2021); online em https://www.ria.ie/sites/default/files/research-for-public-policy-report-2021_1.pdf (acedido a 23 de maio de 2022).

1. Ver reconhecido em termos práticos e ações concretas o atributo estatutário de ser o órgão consultivo dos órgãos de soberania do Estado Português em matéria linguística e ser também consultada noutras áreas do conhecimento;
2. Ser reconhecida formalmente como um dos parceiros (*stakeholders*) do Sistema Científico Nacional e.g. nos termos da Lei da Ciência;
3. Ser reconhecida pelos órgãos de soberania como uma das instituições de referência para a ciência em Portugal e para o apoio ao desenho, monitorização e avaliação de políticas públicas baseadas no conhecimento científico.

Neste sentido, e do ponto de vista operacional, a ACL propõe-se:

1. Promover um conjunto de reuniões/grupos de trabalho, em estreita ligação com os principais interlocutores políticos (Presidência da República, Assembleia da República/Comissões Parlamentares, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundação para a Ciência e a Tecnologia), que permita identificar os potenciais modelos de colaboração da Academia das Ciências de Lisboa com os órgãos de soberania;
2. Identificar e implementar processos coerentes e transparentes para responder aos resultados das consultas e dos estudos referidos na alínea anterior, por exemplo, através da:
 - a. Identificação de especialistas nacionais de elevado mérito científico (em particular, exteriores à ACL) ou de instituições do sistema científico para responder a solicitações específicas dos decisores políticos, nomeadamente para integração de conselhos e grupos de trabalho ou para preparação de pareceres técnicos e científicos;
 - b. Elaboração de relatórios, estudos ou documentos de referência seguindo o modelo norte-americano da *National Academy of Sciences*¹³ que possam servir de base científica para o debate e para as decisões políticas nos diferentes órgãos de soberania.

Finalmente, e do ponto de vista de liderança, a Academia das Ciências de Lisboa pretende posicionar-se como catalisador da apropriação pela sociedade dos principais temas de base científica relevantes para as políticas públicas promovendo:

¹³ Incluindo termos de referência, calendários e organização/constituição/processos pré-definidos e.g. constituição com Chair ACL e restantes membros da comunidade, processos com consulta sistemática à comunidade científica e avaliação por pares.

1. Sumários ou estudos breves sobre alguns dos temas nas fronteiras entre a ciência e a sociedade, dirigidos ao público em geral, preparados pelos melhores especialistas nacionais, em estreita ligação com especialistas de comunicação e/ou jornalistas e, preferencialmente, com o apoio e a complementaridade do trabalho das fundações filantrópicas;
2. Reflexões prospetivas, de maior profundidade, sobre a evolução das diferentes áreas do conhecimento, em estreita ligação com a comunidade científica e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia¹⁴; estes estudos potenciam também um maior envolvimento da comunidade científica nacional e da Academia no aconselhamento científico (e.g. via SAPEA já referida acima) e nos debates científicos ao nível da União Europeia, e o estabelecimento de contactos regulares com organizações internacionais com grande poder de influência no domínio das políticas públicas ao nível internacional, com destaque para a OCDE;
3. Valorização da contribuição da comunidade científica para o desenho, monitorização e avaliação de políticas públicas através do seu exemplo institucional, dos seus sócios e dos membros dos seus grupos de trabalho, dando especial visibilidade aos membros da comunidade científica que se envolvem nestas iniciativas.

Academia das Ciências de Lisboa, junho de 2022

¹⁴ Por exemplo, aprofundando o desenvolvimento das Agendas Mobilizadoras e a sua articulação com as políticas públicas.